COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto de Lei nº 5.018, de 2013

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e dá outras providências.

Autor: **SENADO FEDERAL**

Relator: Deputado **BETO FARO**

PARECER

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em referência propõe alterações na Lei nº 10.420, de 2002, com vistas a estender o ‘Benefício Garantia-Safra’, concedido aos agricultores familiares dos municípios localizados na área de atuação da SUDENE, aos agricultores familiares situados nos municípios da área de atuação da SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Visando a adequação do projeto aos requisitos da adequação financeira, o projeto inclui art. 3º por meio do qual determina ao Poder Executivo, a estimativa dos impactos da propositura e a respectiva previsão na proposta orçamentária ulterior ao início de vigência da Lei.

Foram apensados ao PL nº 5.018, de 2013, os PLs nºs 739, de 2011, do Deputado Luiz Otávio, e 4.124, de 2012, do ilustre Deputado Heuler Cruvinel. Ambas as proposições visam alterações na Lei nº 10.420, de 2002. A primeira, para estender o ‘Benefício Garantia-Safra’ aos agricultores familiares localizados na área de atuação da SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; a segunda, para universalizar o alcance do instrumento a toda a categoria de agricultores familiares do Brasil.

Não foram oferecidas Emendas às proposições.

É o Relatório.

II – VOTO

O ‘Garantia-Safra’ (GS) é uma ação do Pronaf executada nos municípios da região Nordeste do país, da área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e da área norte do Estado do Espírito Santo. Ou seja, o Programa alcança a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), majoritariamente situada no semiárido.

São beneficiários do GS os agricultores familiares inscritos no programa que tenham sofrido perdas de safra por motivo de seca ou excesso hídrico. Mais precisamente, fazem jus às indenizações, os agricultores com perdas de pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido. Esses pagamentos são feitos diretamente pelo governo federal, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal. O valor do Garantia-Safra e a quantidade de agricultores segurados são definidos anualmente durante a reunião do Comitê Gestor do programa. Na safra 2011/12, cerca de 770 mil agricultores familiares aderiram ao GS, e o valor do seguro foi R\$ 680,00, acrescido de R\$ 560,00 (4 taxas extras), totalizando o valor de R\$ 1.240,00 divididos em cinco parcelas.

Trata-se, pois, de um relevante instrumento de política agrícola para a proteção da renda de agricultores familiares com safras sinistradas em decorrência de secas ou chuvas em excesso.

O PL em análise mantém a base conceitual e operacional do programa, estendendo o seu alcance aos agricultores familiares do Centro-Oeste. Na justificativa da proposição original (Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2012), o seu autor, o Senador Antonio Russo, argumenta apenas que é meritória a ampliação da cobertura do programa para os

agricultores familiares do Centro-Oeste. No mesmo diapasão, o Relator da matéria no Senado assinala, em defesa da propositura, “...que, assim como as secas severas ou os períodos de chuvas muito intensas afetam fortemente os pequenos agricultores do Nordeste do Brasil, o mesmo ocorre com os agricultores da região Centro-Oeste, ainda que, muitas vezes, em menor escala.”

Quanto ao PL nº 739, de 2011, na sua justificativa são arrolados argumentos sobre as condições de similaridade das circunstâncias produtivas dos agricultores familiares do Nordeste e da Amazônia com a diferença de que, nesta última, o excesso hídrico apresenta-se como uma das maiores causas de perdas de safras.

Não há como negar as condições especiais de ordem climática no Nordeste, que tonam legítimas e indispensáveis ações como o ‘Garantia-Safra’ para a agricultura familiar.

As propostas em exame consideram as possibilidades de extensão do GS para a Amazônia, Centro-Oeste e todo o território Nacional.

No primeiro caso, afora as semelhanças das condições materiais, em geral, entre os agricultores familiares do Nordeste e da Amazônia, nesta região, fruto dos problemas do desflorestamento e de outros fenômenos ambientais associados, nota-se a intensificação das situações de adversidades climáticas para a atividade agrícola. E, ao contrário do que se supõe, as secas frequentes e prolongadas em várias regiões da Amazônia rivalizam com os episódios recorrentes de excesso hídrico.

Inclusive, na atualidade, proliferam na Amazônia os casos de disputa pela água. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra somente no estado do Pará, entre os meses de janeiro a setembro de 2012, cerca de 20 mil famílias paraenses foram direta ou indiretamente afetadas por conflitos pela posse da água.

Portanto, sob dificuldades para a produção relativamente equiparáveis aos do Nordeste, os agricultores familiares da Amazônia acabam se diferenciando negativamente pelas maiores restrições de infraestrutura nessa região.

Por sua vez, o PL nº 4.124, de 2012, ao propugnar a ampliação da cobertura do Garantia-Safra aos agricultores familiares de todo o país, argumenta que as mudanças climáticas em curso em todo o planeta generalizaram, no Brasil, a intensificação da incidência dos fenômenos climáticos, e assim, tornando frequentes os sinistros de safras em todas as regiões do país. Com essa avaliação, o ilustre Deputado Heuler Cruvinel, conclui que o potencial de risco climático aos agricultores familiares, independeria da região do país.

O autor salienta, ainda, que a amplitude nacional ao Fundo Garantia-Safra e ao Benefício Garantia-Safra, representaria medida indispensável para a garantia da segurança alimentar no Brasil.

Julgamos louvável essa manifesta sensibilidade do autor do PL para com as dificuldades de renda enfrentadas por parte considerável do universo dos agricultores familiares brasileiros. Também não deixa de ser verdadeira a argumentação sobre a generalização das maiores frequência e intensidade dos problemas climáticos que ameaçam os níveis de renda da agricultura familiar.

Contudo, pondero que a concepção do Fundo Garantia-Safra/ Benefício Garantia-Safra, está focada para uma região do país na qual os problemas de renda vão muito além dos efeitos da anormalidade de fenômenos climáticos. Na verdade, agregam-se a esse fator as condições estruturais de pobreza extrema que historicamente caracterizam a agricultura familiar no Nordeste.

Sendo verdadeiro que a agricultura familiar não pode ter tratamento isonômico aos conferidos à agricultura patronal, também é verdade que a agricultura familiar não é um monolito social. Em outros termos, nas regiões dotadas de logística mais qualificada, de melhores condições físicas, de fomento produtivo e maior qualificação profissional, temos segmentos mais dinâmicos da agricultura familiar com estruturas de renda bem mais vigorosas. Claro que isso não significa que tais setores estejam protegidos contra os efeitos erosivos na renda dos fenômenos climáticos atípicos. Mas, certamente, apresentam-se com maiores condições de resiliência.

Essa ponderação não visa argumentar contra o mérito e a legitimidade de uma política de universalização de proteção da renda dos agricultores familiares do Brasil. Mas, para o necessário recorte regional por força das limitações financeiras do governo federal.

Sobretudo por essa razão é que se impõe a fixação de critérios mais restritivos ao programa.

Em suma, ainda que sob condições físicas climáticas com algumas diferenciações, deve ser considerado que a recorrência de sinistros de safras por razões climáticas sobre agricultores com perfis socioeconômicos assemelhados torna elegíveis para o Garantia Safra os agricultores familiares das regiões Nordeste, Centro-Oeste e da Amazônia.

Ademais, particularmente nos casos do Nordeste e da Amazônia, os incentivos federais fixados via SUDENE, SUDAM para os grandes empreendimentos capitalistas, são rigorosamente os mesmos. Não há, pois, razões para criar exceções regionais quando o foco são agricultores familiares. Até porque, a criação dos Fundos Constitucionais do

Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, pela Constituição Federal de 1988, refletiu o consenso político dos Constituintes acerca da equivalência dos estágios de desenvolvimento dessas três regiões do país.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 5.018, de 2013, bem assim, ao PL nº 739, de 2011, na forma do Substitutivo, anexo, e pela rejeição do PL nº 4.124, de 2012.

Sala da Comissão, em de abril de 2013.

Deputado Beto Faro

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.018, DE 2013

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, de forma a estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios das áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados por fenômeno de estiagem ou excesso hídrico, nas regiões que especifica. (NR)”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É criado o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e instituído o Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra em consequência de fenômeno de estiagem ou excesso hídrico, situados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, definidas respectivamente pelas Leis Complementares nº 125 e nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e nº 129, de 8 de janeiro de 2009.”

Art. 3º O Poder Executivo, com vista ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante do benefício decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de abril de 2013.

Deputado Beto Faro